



Uma iniciativa para recuperação ambiental em espaços urbanos: o programa “Guaíba Vive”, Porto Alegre (1989-2004)

Antonio João Dias Prestes *

Resumo: As iniciativas públicas para a recuperação ambiental da bacia do Lago Guaíba, em Porto Alegre e sua Região Metropolitana, vêm ocorrendo desde o final dos anos 1970, envolvendo programas nas esferas municipal, estadual e federal, mas seus resultados ainda não foram suficientes para recuperar totalmente a balneabilidade de suas águas. Este artigo tem como objetivo explorar um aspecto mais específico deste tema, qual seja, o programa que foi conduzido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com o nome de “Guaíba Vive”, entre 1989 e o início dos anos 2000. São abordados os seus antecedentes, entre os quais a atuação de integrantes do ativismo ambientalista local, as interações do programa com as políticas e instâncias adotadas pelos governos municipais do período para a definição de prioridades em investimentos, como o Orçamento Participativo, bem como seus impactos na relação da sociedade local com o Guaíba e sua orla, os resultados obtidos pelo programa e suas limitações.

Palavras-chave: Porto Alegre. Políticas Públicas. Recuperação Ambiental.

Abstract: Public efforts regarding the environmental recovery of the Lake Guaíba’s basin, in the city of Porto Alegre and its metropolitan area has been made since the end of the 1970’s, comprising local, state and federal programs, but were not able, yet, to restore its water for uses such as people’s bath. This article aims to focuses on a specific topic regarding this theme, the program conducted by the government of the city of Porto Alegre, named as “Guaíba Vive” (Guaíba Lives), from 1989 until the beginning of the 2000’s. Are addressed here the program’s precursors, comprising the role of local environmental activists, program’s interactions with the policies and instances that were conducted by the local government for the prioritization of public investments, such as the Participative Budget, as well as its impacts on local society’s relationship with the Lake Guaíba and its shore, the results obtained by the program, and its limits.

Keywords: Porto Alegre. Public Policies. Environmental Recovery.

* Mestre em História pela UFRGS.



Introdução

No intuito de atender aos seus objetivos de compreender a historicidade das relações entre o ser humano e a natureza, a História Ambiental deve incluir no seu campo de estudo o desenvolvimento de experiências de recuperação de ambientes urbanos. Estas experiências, diversificadas nos seus objetivos, atores e resultados, produzem a resignificação da paisagem em uma determinada área urbana e potencializam a construção de novas formas de relações entre os habitantes da cidade e os elementos da paisagem local.¹ Ciente da necessidade de abertura da História Ambiental para os projetos e planos de recuperação de áreas degradadas, o presente artigo pretende abordar o programa “Guaíba Vive”, conduzido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, entre 1989 e o início do ano 2000.

A opção por este recorte específico se prende a algumas considerações, feitas a seguir. Um primeiro aspecto diz respeito à posição do programa “Guaíba Vive” como um ponto de junção entre diferentes demandas ao poder público. Por um lado, por parte dos setores mais carentes de Porto Alegre, através de suas lideranças comunitárias, demandas em prol de investimentos em saneamento básico e em outras carências, tais como habitação e saúde. Por outro, demandas que poderiam ser vistas como sendo de interesse geral dos moradores da cidade, tais como a da recuperação ambiental e paisagística do Guaíba e de sua orla urbana, mas apresentadas por pessoas ou coletivos com atuação em áreas mais específicas, como o movimento ambientalista. Ao lado disso, o programa, ainda que limitado à escala municipal, assinalou a passagem de uma visão do problema da degradação de cursos d’água em áreas urbanas como passível de ser solucionado apenas através de investimento em obras de saneamento, para uma mais abrangente, levando em conta suas causas de ordem econômica e cultural. Neste sentido, o programa procurou inserir estas obras em um conjunto integrado de medidas e políticas voltadas à recuperação ambiental e urbanística destas paisagens.

Cabem, neste ponto, duas considerações. A primeira diz respeito ao próprio conceito de *recuperação*, o qual, enquanto associado a paisagens, como as da orla urbana do Guaíba, formadas através de um processo histórico de construção social, deve ser matizado, levando em conta aspectos como as alterações advindas do mesmo, como nas percepções existentes

¹ Entre os autores que abordaram o tema das paisagens e dos significados a elas atribuídos em várias sociedades no Ocidente, dentro de uma perspectiva histórica, pode ser destacado Simon Schama, em *Paisagem e Memória*. Na introdução de sua obra, o autor discorre sobre o papel da memória e da percepção humanas na forma como vemos as paisagens e a própria natureza: “conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas.” (SCHAMA, 1996, p. 17).



sobre as mesmas, afetadas por um longo período de degradação ambiental, bem como das expectativas diferenciadas sobre o conteúdo desta *recuperação*, por parte dos vários segmentos da sociedade local. A segunda tem como base o mesmo entendimento acerca deste processo, e remete às intenções vislumbradas pelos formuladores do programa de trazer a população de volta ao convívio com a orla do Guaíba em Porto Alegre. Isto se buscou realizar quer através de ações urbanísticas, quer por meio de ações locais de despoluição, de modo a obter o engajamento em favor de iniciativas de um maior alcance, como a recuperação ambiental da bacia hidrográfica do Guaíba e de seus grandes afluentes, abrangendo cerca de um terço do território gaúcho e mais da metade de sua população. Pode-se considerar, por fim, a existência de uma lacuna na bibliografia produzida até o momento, com respeito a este ponto, nas ciências humanas e em áreas de estudos multidisciplinares, a qual se tem concentrado, em geral, em temas como a estruturação das instâncias de gestão de recursos hídricos, sua legislação e a atuação dos comitês de bacia hidrográfica. Há, por outro lado, uma produção acadêmica recente no âmbito da história ambiental, tratando de temas relacionados à degradação dos rios na região metropolitana de Porto Alegre, envolvendo a atuação de integrantes do ativismo ambientalista ou de seus precursores.²

O trabalho lançou mão de um conjunto de fontes escritas, no qual podem ser destacados documentos produzidos no âmbito da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, como o folheto de lançamento do programa “Guaíba Vive”, de 1989, bem como por órgãos de sua administração indireta, como a *Revista Ecos*, editada pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos de Porto Alegre (DMAE), a partir de 1993, ao lado de obras de caráter memorialístico, como o livro *Pioneiros da ecologia: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul*. Ao lado destas fontes, houve o recurso a alguns trabalhos acadêmicos, enfocando, no âmbito regional, temas como a atuação dos ambientalistas e as políticas públicas em áreas como o saneamento básico e a proteção

² Entre os trabalhos acadêmicos produzidos recentemente no Rio Grande do Sul abordando a temática da gestão dos recursos hídricos, podem ser destacados os seguintes: (i) LAIGNEAU, Patrick. **Democracia participativa e gerenciamento de recursos hídricos: o caso do comitê de gerenciamento do lago Guaíba**. Dissertação (Mestrado), PUCRS, Porto Alegre, RS, 2004. (ii) HAASE, Janine Ferreira. **O encontro Estado e sociedade na política gaúcha das águas**. Tese (Doutorado), UFRGS, Porto Alegre, RS, 2005; trata-se de trabalhos, respectivamente, dos programas de Ciências Sociais e de Ecologia. Na produção acadêmica recente em história ambiental neste estado podem ser destacados os seguintes trabalhos: (i) RÜCKERT, Fabiano Quadros, **História e memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos**. Dissertação (Mestrado), UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2007; (ii) PEREIRA, Elenita Malta. **Um protetor da natureza: trajetória e memória de Henrique Luiz Roessler Pereira**. Dissertação (Mestrado), UFRGS, Porto Alegre, RS, 2011.



ambiental, através dos quais foi possível o acesso a informações contidas, por sua vez, em suas fontes primárias, tais como entrevistas e documentos produzidos no âmbito de governo.

O ativismo ambientalista gaúcho frente à questão do Guaíba nos anos 1980

Em *A Abertura Política e os Movimentos Sociais em Porto Alegre*, Vânia Fonseca Soares abordou a atuação dos integrantes das organizações ligadas à defesa do meio ambiente no período de 1979 a 1985, no contexto da “abertura” política no Brasil. No que se refere à recuperação da bacia do Guaíba, a autora lembra que entidades ligadas ao “movimento ecologista” local, como a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) e a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), juntamente com o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), entregaram ao governador do estado do Rio Grande do Sul, José Augusto Amaral de Souza, em junho de 1980, uma carta onde lamentavam o fato de que o Plano Estadual de Proteção Ambiental, lançado no início do seu governo, tendo entre seus objetivos o saneamento da bacia hidrográfica do Guaíba, ainda não começara a ser posto em prática.

Os autores deste documento ainda denunciavam que, “com a falta de uma política ecológica”, o governo do estado optara pela criação de um organismo que se ocuparia somente com os recursos hídricos, “alienando-se desta forma de todos os demais elementos que formam o ecossistema” (SOARES, 2002, p. 85-86). O manifesto afirmava que “preocupar-se com o ecossistema ou com o meio ambiente significa preocupar-se com um todo, e não com determinados setores.” Neste anúncio à imprensa, Jair Krischke, dirigente do MJDH, declarou que “é preciso cobrarmos do governador do Estado todas as promessas que ele fez ao assumir a chefia do Estado, como por exemplo, a despoluição do Rio Guaíba” (SOARES, 2002, p. 85-86). A autora associa esta carta à divulgação, logo adiante, através da imprensa, dos planos do governo estadual para a recuperação da bacia do Guaíba, envolvendo um programa de investimentos de cerca de 222 milhões de dólares, até o final da administração Amaral de Souza. Com estes recursos deveria ser implantado na Região Metropolitana de Porto Alegre um sistema de coleta e tratamento de esgotos cloacais, visando impedir a contaminação desta bacia, dentro do que seria posteriormente denominado de “Projeto Rio Guaíba” (SOARES, p. 85-86).

Pioneiros da ecologia: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul, obra dos jornalistas Elmar Bones e Geraldo Hasse, foi publicada inicialmente em 2002, contendo depoimentos e memórias de pessoas de destaque nos primeiros anos do



ambientalismo gaúcho. A segunda parte deste livro apresenta depoimentos de diversas pessoas que ocuparam posições de destaque no ativismo ambientalista, ao longo do período em estudo. Tomados em seu conjunto, estes depoimentos servem como um indicador do posicionamento do ativismo ambientalista no estado frente às primeiras iniciativas governamentais tomadas para a recuperação do lago e de sua bacia, na região metropolitana de Porto Alegre, nos anos 1980, tanto pelos conteúdos quanto pela ausência de menções ao tema, por parte de vários entrevistados. Esta parte do trabalho reúne depoimentos de oito lideranças do ambientalismo gaúcho, em seu período inicial de atuação, até o início dos anos 1980, e de uma do período imediatamente posterior, quando este segmento encaminhou-se no sentido de uma maior institucionalização.³ Neste conjunto podem ser vistas várias declarações com respeito à poluição do Guaíba em consequência de despejos industriais, da produção agropecuária, ou por esgotos e lixo urbanos, por parte de José Lutzenberger, Flávio Lewgoy, Caio Lustosa, Giselda Castro e Magda Renner, com ênfase nos impactos da instalação do Polo Petroquímico de Triunfo. Estão presentes críticas de Lutzenberger, com respeito às concepções técnicas adotadas pelas empresas de saneamento locais para a instalação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos urbanos, a partir dos anos 1960, e de Lustosa, quanto aos programas para a recuperação ambiental do lago e de sua bacia, como o “Projeto Rio Guaíba”, lançado pelo governo do estado em 1981.⁴ E também os depoimentos de Hilda Zimmermann, Magda Renner e José Celso Aquino Marques sobre a atuação dos ambientalistas frente ao poder público estadual, para a criação de áreas de preservação ambiental na região metropolitana de Porto Alegre, como os parques estaduais de Itapuã e do Delta do Jacuí.

O enfoque geralmente empregado por estas lideranças traduzia, antes de tudo, uma postura crítica, com respeito ao que viam como sendo a falta de uma preocupação mais efetiva das autoridades de todos os níveis com a preservação da natureza, do que com questões que tendiam a ver como mais “pontuais”, entre estas o próprio saneamento básico e suas carências na região e no país. Mas também a existência de um viés crítico ao que entendiam como uma preferência por soluções de cunho “tecnocrático”, as quais levavam à

³ As lideranças entrevistadas do primeiro grupo foram José Antonio Lutzenberger, Augusto César Cunha Carneiro, Flávio Lewgoy, Caio Lustosa, Sebastião Pinheiro, Hilda Zimmermann, Giselda Escosteguy Castro e Magda Renner. No segundo grupo, foi entrevistado José Celso Aquino Marques, que presidiu a AGAPAN entre 1987 e 1992.

⁴ Depoimentos de José Lutzenberger: (i) sobre a instalação do emissário para o lançamento de esgoto cloacal de Porto Alegre, *in natura*, no canal de navegação do Guaíba, no final dos anos 1970 (“Quando cloaca vira emissário”, p. 77); (ii) de Caio Lustosa, sobre sua atuação, na Câmara Municipal de Porto Alegre, em CPI relativa ao “Projeto Rio Guaíba”, em meados dos anos 1980 (p. 140-142).



formulação de grandes programas de investimentos, para dar conta de problemas que poderiam ser solucionados através de alternativas mais simples e menos dispendiosas. Neste sentido, cabe lembrar um dos comentários feitos por José Lutzenberger em seu depoimento ao plenário da Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA), na Semana do Meio Ambiente, em 2001, sobre as alternativas então adotadas para o tratamento dos esgotos de Porto Alegre, dentro dos programas “Guaíba Vive” e “Pró-Guaíba”:

Estamos tocando em um aspecto importante, aliás, eu tenho briga com o DMAE e com a CORSAN: eles querem soluções tecnocráticas, caras. Olha o que fizeram no Lami: aqueles imensos lagos retangulares para decantar esgoto. [...] Poderiam fazer uma coisa bem menor e descentralizada. Os esgotos devem ser tratados dentro das bacias de captação. Claro que, nas regiões centrais, onde tem aqueles imensos espigões, não dá para fazer algo muito simples, ali tem mesmo que fazer um projeto mais tecnocrático, levar o esgoto para longe. Até acho que o esgoto do centro de Porto Alegre deveria passar por baixo do rio e ser trabalhado naqueles banhados lá do outro lado, onde é possível obter soluções biológicas muito lindas. Agora, ouvi que querem levar o esgoto de Porto Alegre para Serraria! São mais de 20 quilômetros, que absurdo isso. Uma solução caríssima, não tem sentido (BONES; HASSE, 2002, p. 78).

A seleção de uma alternativa adequada para a disposição dos esgotos da área central de Porto Alegre era, de fato, uma questão bastante complexa, que dividia opiniões tanto entre os técnicos da área de saneamento como entre os ambientalistas, vindo a ter desdobramentos ao longo dos anos seguintes.

O “Projeto Rio Guaíba” e as críticas dos ambientalistas

O lançamento de um programa voltado à despoluição do Lago Guaíba e de sua bacia, na Região Metropolitana de Porto Alegre, foi uma das recomendações do relatório do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia do Guaíba (CEEIG), de 1980 (PINTO; MOHR, 1989, p. 27). O CEEIG foi criado em 1979 pelo governo federal ao lado de outros comitês similares em outras regiões do país, apresentando um caráter consultivo, e o enfoque de levar a um gerenciamento dos recursos hídricos tendo como base territorial a bacia hidrográfica (CÁNEPA; GRASSI, 2001, p. 1). Neste contexto foi lançado pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, em 1981, o “Projeto Rio Guaíba”, contemplando a realização de obras para dotar Porto Alegre e sua região metropolitana de uma infraestrutura ampliada de saneamento básico, com redes de coleta e estações de tratamento de esgotos sanitários. O programa se enquadrava nas diretrizes da política então mantida pelo governo federal para o setor de saneamento básico, através do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) e de seu agente financeiro, o Banco Nacional da Habitação (BNH), as quais preconizavam o controle deste



setor nas mãos das companhias estaduais de saneamento, em especial em seus projetos de expansão (REZENDE; HELLER, 2008, p. 253-284). Sua implantação envolvia, assim, a transferência das receitas obtidas pelo DMAE com as tarifas de coleta de esgotos para a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), que ficaria responsável pela instalação e operação das novas estações de tratamento na capital gaúcha. Por esta razão, a aprovação do convênio entre estas duas entidades e os governos municipal e estadual, necessária para a realização da parcela de maior peso do mesmo, enfrentou forte resistência, não apenas entre os quadros do DMAE, mas na própria CMPA, onde foi obtida por uma estreita maioria, de 11 contra 10 vereadores, em janeiro de 1981.

Em fevereiro de 1982 foram autorizados os editais para a execução da sua primeira fase, que deveria envolver investimentos da ordem de 140 milhões de dólares. A implantação do projeto, de toda forma, ocorreu de forma muito lenta, o que também era uma consequência dos efeitos da crise econômica que se intensificara no período, comprometendo a capacidade do Estado brasileiro de financiar os investimentos em infraestrutura e nos setores industriais básicos. Assim, ao final de 1984, pouco antes do fim do período ditatorial, só haviam sido instalados 52 km de redes de esgotos, com custos muito superiores aos inicialmente previstos, já sob o impacto do processo inflacionário que se acelerava, o que tornou necessária a obtenção de novos empréstimos do Banco Mundial, através do BNH (SOARES, 2002, p. 114).

Mas, além dos efeitos da crise econômica e das objeções interpostas pelo DMAE, através de seus quadros técnicos e gerenciais, o “Projeto Rio Guaíba” também sofreu questionamentos de ambientalistas, como o vereador Caio Lustosa, eleito em 1982, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), como um dos primeiros representantes do “movimento ecológico” a ingressar no poder legislativo, no estado e no país. Em 1985, por solicitação de Lustosa, foi instalada na CMPA uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), tendo como objetivo, disse o vereador, “estudar o projeto e suas consequências e, se necessário, proceder à anulação do contrato que o viabilizou.” Na opinião de Lustosa, este projeto, conquanto significasse, em tese, “algo necessário com vistas à melhoria da qualidade das águas do Lago que banha Porto Alegre”, somente seria justificável “dentro de um programa de descontaminação de toda a bacia hidrográfica de que faz parte este corpo d’água (que compreende cerca de 40% do território do Rio Grande do Sul).” Em atendimento às recomendações do relatório final desta CPI, a concepção técnica do “Projeto



Rio Guaíba” teve de ser revisada, com respeito ao processo a ser adotado nas estações de tratamento do esgoto cloacal, sendo proposta a substituição dos sistemas convencionais por lagoas de estabilização biológica (PINTO; MOHR, 1989, p. 2).⁵

Tendo já em conta esta recomendação, o Escritório do Projeto Rio Guaíba realizou estudo de alternativas para a localização da estação de tratamento do esgoto coletado nos sistemas da Ponta da Cadeia e de São João / Navegantes, com abrangência nas zonas norte e central da cidade, o qual concluiu por sua instalação na Ponta do Melo, às margens do lago e junto a áreas residenciais nobres próximas ao centro da capital. Seria necessário, para tanto, a execução de um aterro de 20 hectares, avançando no Guaíba, alternativa esta que foi abandonada, segundo o coordenador deste órgão técnico, João Alberto Schaan, pois “sofreu veemente protesto da comunidade da Zona Sul” de Porto Alegre. Em função disto, o Escritório propôs a mudança do projeto, com a instalação da estação de tratamento, constituída por lagoas de estabilização biológica, na Ilha das Flores, localizada no Parque Estadual do Delta do Jacuí (PEDJ), com a construção de um emissário subfluvial, sob o Guaíba, para o envio dos esgotos brutos para este novo local (PINTO; MOHR, 1989, p. 5). Esta nova proposta gerou, no entanto, muitas dúvidas e inconformidade, não apenas entre ativistas das causas de proteção ambiental, mas também em quadros científicos, políticos e na população em geral, principalmente quanto a seus possíveis impactos sobre uma área de preservação ambiental, o PEDJ, bem como a possíveis ameaças à qualidade da água para o abastecimento de Porto Alegre, na hipótese, ainda que remota, de rompimento das tubulações do emissário de esgoto *in natura*, próximo a seus pontos de captação, na extremidade norte do Guaíba.

Em função disso, em maio de 1988, por iniciativa do vereador Caio Lustosa, já então do Partido dos Trabalhadores (PT), a CMPA, através da sua Comissão de Saúde e Meio Ambiente, promoveu a realização de um seminário para avaliar este tema, chamado de “Guaíba e Delta do Jacuí – Esgoto e Ambiente”, do qual participaram técnicos, políticos, representantes do “Movimento Ecológico”, e de outros segmentos da sociedade local. O seminário, que durou três dias, com a presença de cerca de cem participantes, concluiu pela

⁵ O uso de lagoas ou bacias de estabilização, conquanto demande a alocação de grandes superfícies, é uma das tecnologias mais eficazes para o tratamento de esgotos cloacais, em termos de impactos ambientais. Como referência, pode ser citado FONSECA, Alexandre Ribeiro. **Tecnologias sociais e ecológicas aplicadas ao tratamento de esgotos no Brasil**. Dissertação (Mestrado), Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ, 2002, disponível em <http://bvssp.iciet.fiocruz.br/pdf/Fonsecaarm.pdf>, acessado em março de 2012).



inadequação da Ilha das Flores, situada em área de preservação ambiental, o PEDJ, como local para a instalação da estação principal de tratamento de esgotos de Porto Alegre, por lagoas de estabilização, recomendando, ao lado da manutenção desta tecnologia, o estudo de localizações alternativas. Ao lado disso, recomendou a criação de um Comitê Permanente de Gerenciamento Ambiental da Região Metropolitana de Porto Alegre, nos moldes do Comitê de Preservação, Gerenciamento e Pesquisa da Bacia dos Sinos (COMITESINOS), instalado em março deste ano, através de decreto estadual, o qual deveria ser “independente e desvinculado dos poderes públicos e seus órgãos, onde se possam travar debates nos assuntos referentes à política ambiental para a Região, com ênfase na preservação dos recursos hídricos” (PINTO; MOHR, 1989, p. 20). O seminário recomendou, ainda, a execução imediata de medidas visando à despoluição da margem esquerda do Guaíba, em Porto Alegre, tais como a instalação dos interceptores para a separação dos esgotos pluvial e cloacal nas praias da zona sul e no Arroio Dilúvio. Seu relatório conclusivo continha, ainda, uma última recomendação: “Entende este Plenário que é dever do poder público a democratização do processo de escolha das prioridades que devem ser atendidas, quando da elaboração de um projeto desta magnitude.” (PINTO; MOHR, 1989, p. 20).

O “Projeto Rio Guaíba”, transcorridos quase dez anos de seu início, havia alcançado resultados bastante modestos, sofrendo fortes questionamentos, não somente quanto aos impactos ambientais das concepções propostas para o tratamento dos esgotos domésticos de Porto Alegre e região metropolitana, como visto acima, mas também com respeito ao atraso nas obras de implantação de redes de coleta de esgotos e ao grande aumento nos custos de investimentos, frente ao inicialmente previsto. Até o ano de 1988, só foram implantados 300 km de redes, contra os 1.000 km inicialmente previstos, e, cinco anos depois da aprovação do projeto, em 1981, seus custos haviam aumentado em cerca de quatro vezes, a preços corrigidos, em relação ao inicialmente orçado (PINTO; MOHR, 1989, p. 27).

Em 1989 teve início o governo da Administração Popular, a assim denominada aliança liderada pelo PT em Porto Alegre, e o prefeito Olívio Dutra autorizou o DMAE a iniciar negociações com a CORSAN e o governo do estado, visando o encerramento do convênio assinado em 1981. Em março de 1989 o governo da Administração Popular lançou um programa próprio contendo ações localizadas para a recuperação ambiental do lago e para a revitalização urbana de sua orla em Porto Alegre, o “Programa Guaíba Vive”, e, em novembro do mesmo ano, o governador do estado, Pedro Simon, do PMDB, assinou um



decreto criando o “Pró-Guaíba” – Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba. Este ano marca, assim, o encerramento de uma primeira fase de esforços no sentido da recuperação ambiental do Lago Guaíba e de sua bacia hidrográfica na região metropolitana de Porto Alegre, marcado por fatores como o esgotamento e desagregação do modelo autoritário e centralizado nas burocracias federal e dos estados, na área do saneamento básico, e a formação ainda incipiente de estruturas e processos para a gestão dos recursos hídricos.

Os investimentos em coleta e tratamento de esgotos em Porto Alegre no período da Administração Popular

No período da Administração Popular houve avanços significativos no setor de saneamento básico em Porto Alegre, especialmente com respeito à infraestrutura de coleta e tratamento de esgotos sanitários. A cobertura da população atendida por água tratada e redes de coleta de esgoto aumentou de 73%, em 1992, para 84%, em 2001, e a atendida por esgoto tratado aumentou de 5%, em 1992, para 27%, em 2002 (HILGERT, 2005, p. 105). O impacto destas e de outras medidas adotadas pelo governo municipal para a recuperação do Lago Guaíba, foi, no entanto, bem menos significativo, pois, até o final deste período, apenas a praia do Lami, situada no extremo sul da cidade, havia voltado a ser balneável.

As iniciativas no setor do saneamento básico, aí incluindo a parte referente à coleta e tratamento do lixo urbano, também integravam o “Programa Guaíba Vive”, conduzido desde o primeiro governo da frente liderada pelo PT e voltado à recuperação ambiental e urbanística da orla do lago. A expansão da infraestrutura de coleta de esgotos sanitários, além de seu valor intrínseco no sentido de melhorar as condições de higiene e saúde pública das populações que passam a receber estes serviços, se constitui num pré-requisito para a recuperação dos cursos d’água que banham as áreas por ela atingidas, uma vez que possibilita a concentração destes despejos, e o seu envio aos mesmos, passando por estações de tratamento, em condições ambientalmente mais adequadas. O saneamento básico estava incluído, no entanto, como uma das últimas entre as dez prioridades consideradas pela Frente Popular, que, ao assumir o governo, via o transporte público como muito mais crítico, chegando mesmo, para tanto, a promover uma intervenção nas empresas privadas do setor. O novo governo municipal logo veio a constatar a existência de uma inversão entre as suas prioridades e as das populações mais carentes da cidade, que não viam este, mas sim o saneamento básico, como uma de suas demandas mais prementes. Esta constatação ocorreu



ainda nos anos de 1989 e 1990, no período inicial de implantação do Orçamento Participativo (OP) em Porto Alegre, quando o novo governo decidiu ouvir as comunidades, com o objetivo de identificar ações que pudessem ser realizadas no curto prazo e com baixo custo, dada a grande limitação, então existente, na capacidade financeira do município, através de um projeto coordenado pela Secretaria de Planejamento Municipal (SPM), o “S.O.S. Porto Alegre” (SILVA, 2004, p. 74-75).⁶ Como parte deste esforço de envolver as comunidades organizadas na definição de prioridades no início do novo governo, a direção do DMAE formou uma comissão conjunta com a União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA), com o objetivo de estabelecer critérios para a priorização de demandas das comunidades. (SPEGGIORIN, 1999, p. 139-140).

O saneamento básico, englobando a infraestrutura e serviços de água e de esgotamento sanitário, esteve entre os três “temas” escolhidos como de maior prioridade pelas plenárias regionais do OP, em grande parte do período de governo da Administração Popular, desde a consolidação deste sistema de cogestão dos fundos públicos de investimento do município, a partir de 1992 (HILGERT, 2005, p. 62). Um primeiro olhar para este quadro poderia levar à conclusão de que os expressivos avanços alcançados na cobertura por sistemas de coleta de esgotos sanitários em Porto Alegre teriam resultado, em sua maior parte, da pressão das populações mais desfavorecidas da cidade, junto ao poder público municipal, através de seus representantes no OP, os quais elencaram este tema, por anos sucessivos, como uma de suas prioridades, ao lado da habitação, na qual se incluía a regularização fundiária, e da pavimentação de ruas.

No entanto, para uma melhor avaliação deste ponto, é necessário ter em conta algumas das especificidades deste setor, entre as quais a configuração e dinâmica empresariais da estrutura responsável pela expansão desta infraestrutura e pela operação destes serviços, o DMAE, no que se refere à maior complexidade técnica inerente ao projeto e operação de seus sistemas, e à sua maior disponibilidade de recursos, decorrente da relativa autonomia de sua política tarifária. Assim como também é necessário comparar o maior sucesso obtido no atendimento às demandas por saneamento em relação ao das demandas por habitação e regularização fundiária urbana, igualmente uma alta prioridade nas plenárias regionais do OP,

⁶ Existe uma considerável bibliografia abordando a implantação e os resultados do Orçamento Participativo em Porto Alegre, como instância de participação popular e mecanismo de definição de prioridades na escala municipal, no período da Administração Popular. Podem ser citados, entre outros, BERAS, Cesar. **Orçamento Participativo de Porto Alegre e a democratização do Estado – A configuração específica do caso de Porto Alegre: 1989-2004**. Tese (Doutorado), UFRGS, Porto Alegre, RS, 2008 e AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Orgs.). **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**, São Paulo: Cortez, 2002.



e verificar em que medida esta diferença se deu pela maior capacidade de atendimento do poder público municipal ao primeiro tema, sendo o segundo mais dependente das políticas do governo federal para o setor habitacional. Estas características associadas à infraestrutura de saneamento básico reduziam, por um lado, o papel dos líderes dos movimentos comunitários na defesa de suas demandas, na medida em que davam maior ênfase às considerações de ordem técnica que lhe eram próprias, mas não chegavam a evitar, por outro, a existência de alguns elementos de tensão destes com o poder público, quanto à própria definição dos investimentos prioritários neste segmento. O DMAE, principal órgão executor das políticas do município para esta área, apresentava uma situação especial dentro do OP, na medida em que detinha a delegação para utilizar seus próprios critérios classificatórios na distribuição dos recursos a serem investidos nas regiões, ao lado de critérios eliminatórios, o que era justificado, no regimento interno desta instância, pela complexidade técnica das obras para instalação e ampliação das redes de água e esgotos (HILGERT, 2005, p. 26-27).

Mas a inclusão de demandas institucionais, entre as quais os grandes projetos de saneamento, no OP, levando a uma participação de caráter apenas consultivo, conquanto fosse vista como um elemento importante para a obtenção dos financiamentos externos necessários para a execução destes projetos, os quais, de acordo com quadros do DMAE ligados ao PT, só eram obtidos “porque a gestão participativa de Porto Alegre é exemplar”, desagradava uma parte de seus conselheiros e delegados (HILGERT, 2005, p. 109-110). A adoção do processo do Orçamento Participativo pelo governo municipal teve um impacto, de todo modo, na atuação dos quadros técnicos e burocráticos da administração direta e das autarquias ligadas à prefeitura. Houve um esforço, neste sentido, de aproximar os cidadãos comuns da linguagem técnica empregada por estes agentes do Estado nos processos de negociação das demandas institucionais e das regiões e de definição dos investimentos do município.⁷

Os esforços para a ampliação da infraestrutura de coleta e tratamento de esgotos sanitários no município devem ser vistos, assim, como uma resultante tanto das demandas das populações mais carentes, quanto do projeto político do grupo que estava à frente do governo

⁷ No caso específico do DMAE este impacto transpareceu nas percepções do seu diretor-geral no primeiro governo petista, Guilherme Barbosa, que viu a participação da autarquia no OP como um processo de aprendizagem, no qual, a partir de um período inicial em que havia pouca receptividade por parte das comunidades, foi possível chegar a uma sistemática de trabalho em que o envolvimento destas e do Estado resultou num processo decisório eficiente e adequado para a alocação de recursos públicos para investimentos. A este respeito, ver SPEGGIORIN, João Carlos. **A gestão de uma empresa pública de saneamento na voz de seus dirigentes – o caso do DMAE**. Dissertação (Mestrado), UFRGS, Porto Alegre, RS, 1999, p. 140-141).



municipal. Este projeto político não deixava de expressar, ainda que num sentido mais amplo, as aspirações de outras parcelas da sociedade local, incluindo integrantes de organizações ligadas à defesa de causas ambientais, com parcela significativa de suas lideranças atuando no governo municipal ou integrando os partidos no poder, e seus simpatizantes. As demandas por saneamento básico que foram atendidas no OP durante o período de governo da Administração Popular apresentaram um caráter redistributivo, que pode ser evidenciado pelo fato de que as regiões com maiores valores de demanda e de atendimento *per capita* em saneamento estavam entre as mais pobres da cidade: Lomba do Pinheiro, Nordeste e Extremo-Sul, enquanto que entre as que tiveram os menores estavam as de melhores indicadores sociais, como a Centro, a Noroeste e a Cristal (HILGERT, 2005, p. 116-117). Mas é necessário ressaltar, também, os limites encontrados nas políticas destes governos, no sentido de alcançar uma oferta mais generalizada dos equipamentos e serviços de infraestrutura urbana, que podem ter decorrido das restrições devidas à escala em que foram aplicadas, municipal, frente às mudanças na conjuntura econômica e de políticas públicas em âmbito federal, ao longo do período, mas também da própria falta de capacidade e/ou disposição política dos mesmos em enfrentar certos interesses, como os ligados à especulação imobiliária, limitando os esforços no sentido de um acesso mais amplo à terra urbanizada em Porto Alegre.

O programa “Guaíba Vive”: formulação e objetivos propostos

O programa “Guaíba Vive” foi instituído pelo prefeito Olívio Dutra em julho de 1989, sendo uma das poucas iniciativas mantidas ao longo de todo o período da Administração Popular, mesmo frente a diversas alterações na política destes governos para o planejamento urbano e gestão dos investimentos públicos no município. Este programa era parte de uma das diretrizes estratégicas do governo municipal, a que contemplava “ações estratégicas de caráter global”, vistas como necessárias para ampliar as bases de sustentação da Administração Popular para outros segmentos sociais, para além das populações carentes, ao lado de projetos voltados para a revalorização do centro da cidade, e passou a ser apresentado, a partir da implantação do Orçamento Participativo, como uma das “demandas institucionais” da prefeitura (SILVA, 2004, p. 90-91; 93-94; 114-115).

O programa começou a ser debatido e formulado logo nos primeiros meses do novo governo, sendo seus aspectos conceituais e uma definição inicial de objetivos expostos num folheto para divulgação então lançado, sob o nome de *Guaíba Vive*. O “movimento



ambientalista” gaúcho estava representado no novo governo municipal, através de quadros como o advogado Caio Lustosa, vice-presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) entre 1978 e 1981, e integrante da bancada petista na CMPA, nomeado por Olívio Dutra para dirigir a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), e outros de seus integrantes participaram das discussões que levaram à formulação do programa, como José Francisco Bernardes Milanez, e Giselda Escosteguy Castro, que exerceu a função de coordenadora do programa, entre 1993 e 1996, na administração do prefeito Tarso Genro. Está presente nesta publicação, como um primeiro aspecto, uma visão da degradação do meio ambiente como um problema que tem raízes de ordem cultural, as quais incluiriam, num sentido mais amplo, o fenômeno do crescimento acelerado das aglomerações urbanas, não acompanhado pela percepção de seus efeitos sobre os recursos naturais. Como decorrência, a sua superação deveria requerer, igualmente, um esforço de conscientização, e não apenas a realização de investimentos, mas dentro de uma visão mais pragmática acerca das questões ambientais, mais próxima de uma abordagem “conservacionista”⁸ e do conceito de “sustentabilidade”, como transparece no seu prefácio:

O problema ambiental é hoje, antes de tudo, uma questão cultural da comunidade, que sistematicamente agride o meio ambiente sem preocupar-se com as conseqüências futuras deste comportamento. Isso nos faz crer que o simples esforço de se empreender o saneamento propriamente dito da Bacia do Guaíba – ainda que condição necessária – não será o suficiente para resolver o problema em definitivo. Um trabalho de formação cultural junto às comunidades direta e indiretamente envolvidas no processo é igualmente essencial para o sucesso do plano. O crescimento expressivo da região envolvida pelas cinco bacias do conjunto é, além da questão econômica, também, um fato cultural. Isso porque existe ainda em bases muito incipientes a consciência da importância do uso racional dos recursos naturais como fonte de crescimento econômico. E aí reside o maior desafio do desenvolvimento. Saber conciliar de forma harmoniosa crescimento econômico e preservação do meio ambiente, pois ambos são indispensáveis ao bem-estar da humanidade (PINTO; MOHR, 1989, Prefácio).

⁸ Com respeito às relações entre o homem e a natureza, é possível distinguir dois enfoques analíticos, o biocêntrico ou ecocêntrico e o antropocêntrico, respectivamente, cujas diferenças essenciais estão nas questões da proteção do mundo selvagem e no crescimento populacional.” Os “preservacionistas”, correspondendo ao primeiro destes enfoques, tenderiam a priorizar a apreciação estética e espiritual da vida selvagem, ao passo que os “conservacionistas”, em sintonia com o segundo, tenderiam a dar à proteção dos recursos naturais um valor mais utilitário, preocupando-se com o balanço entre a vida selvagem e as demandas das sociedades em seu entorno. (Ver: CARDOSO, Patrícia Moreira. **Conflitos Socioambientais em Áreas Protegidas: Interesses e Estratégias nas Disputas pela Legitimidade na Redefinição do Parque Estadual do Delta do Jacuí.** Dissertação (Mestrado), UFRGS. Porto Alegre, 2006, p. 33-37 e respectivas notas, onde a autora toma como referência *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, de A. C. Diegues, São Paulo: Hucitec, 2001, e *Environmentalism and political theory: toward an eccocentric approach*, de Robyn Eckersley, Albany: State University of New York Press, 1992).



No texto de apresentação do programa, fica mais claro o entendimento de que seria necessário obter o envolvimento da população local nos esforços para a recuperação do Guaíba, só possível a partir de um trabalho de esclarecimento:

A idéia do Guaíba vivo, recuperado, participante da vida dos porto-alegrenses começa a tomar forma mais concreta. [...] Não se pode imaginar a recuperação do Guaíba sem a participação direta da coletividade. O envolvimento da comunidade nessa trajetória é fundamental para o seu êxito. Mas para que essa atuação popular, esse engajamento de todos os setores da sociedade na luta pela vida do Guaíba tenha força [...] é preciso que seja baseado num conhecimento maior do que é o Guaíba e o que ele significa.

Só se defende com garra aquilo que se conhece e se ama. (PINTO; MOHR, 1989, p. 21).

Mas a nova administração municipal estabelecia um primeiro objetivo, que acreditava estar ao alcance de seus recursos, a recuperação das praias da zona sul da cidade:

A recuperação de toda a Bacia do Guaíba, sem dúvida, é um projeto ambicioso. Mas o salvamento das praias da Zona Sul de Porto Alegre e a conseqüente reintegração plena à vida da cidade já não é apenas um sonho ou uma lembrança dos mais antigos, nem se situa no nível das promessas vãs. Ao contrário, surge como um projeto concreto e viável. (PINTO; MOHR, 1989, p. 21).

Os formuladores do programa expressavam em sua narrativa histórica o reconhecimento do papel desempenhado pelos primeiros militantes e organizações em defesa do meio ambiente no sentido de alertar as autoridades e a população em geral sobre o crescente agravamento das condições ambientais do lago e de sua bacia, mas também, por outro lado, da pouca eficácia da legislação de proteção ambiental já existente, frente à falta de vontade política para a sua aplicação, por parte do Estado e da própria sociedade:

Até o início da década de 50, o Guaíba não enfrentava problemas em termos de poluição. Porém, na medida em que o processo da industrialização ganhou impulso, este panorama se alterou drasticamente. Um crescimento urbano a qualquer custo, sem o devido respeito às condições do ambiente natural levou ao quadro da contaminação que atualmente pede uma revisão urgente. Em 1954, Henrique Luís Roessler [...] já denunciava e propunha um controle da poluição industrial. [...] Até 1971, quando surgiu o (sic) AGAPAN, as denúncias caíam num vazio, sem o menor eco a nível administrativo. Aos poucos, um coro de identidades, como a ADFG, começou a denunciar os crimes ambientais. [...] Existe farta legislação, suficiente para coibir práticas nocivas aos cursos d'água, mas que em geral não vem sendo aplicada. Com o crescimento alarmante dos processos de contaminação, o panorama atual pede urgentes medidas enérgicas abrangendo toda a bacia [...] Estamos, na verdade, nos últimos momentos para definir o retorno do Guaíba a uma situação de equilíbrio. (PINTO; MOHR, 1989, p. 22-23).

Estava presente no texto, também, a preocupação com os efeitos deste processo de degradação, levando a um progressivo afastamento dos porto-alegrenses em relação ao



Guaíba, de tal modo que, constatavam os autores, este já tendia a ser mais valorizado por visitantes do que pelos moradores da cidade, embora persistissem ainda traços de uma memória dos tempos anteriores.⁹

O folheto de divulgação do “Guaíba Vive” era concluído com a apresentação dos compromissos e propostas do governo da Administração Popular para a recuperação do lago e de sua bacia, que deveriam ser realizadas no âmbito do município de Porto Alegre, mas considerando uma sinergia de esforços com os governos estadual e federal. As primeiras ações deveriam ser no sentido de levantar o quadro existente de degradação ambiental da bacia, trazendo estas informações ao conhecimento amplo da sociedade local, como um elemento para a sua mobilização em favor do programa:

No momento em que assume o governo municipal, a ADMINISTRAÇÃO POPULAR [...] preocupada em resolver as questões urbanas que influem na qualidade de vida, é evidente que o saneamento do Guaíba se torna [prioritário]. Portanto, vamos analisar concretamente quais as medidas necessárias para a reversão desse quadro de contaminação e o que a Prefeitura de Porto Alegre pode fazer. 1º) Se impõe o enquadramento completo da contaminação da Bacia do Guaíba. Nesse sentido, boa parte do trabalho já foi realizado e consta do relatório 001/79 do CEEIG [...] Este, realizado em 1980, precisa ser atualizado [...] Por exemplo, o relatório do CEEIG não menciona a questão do lixo urbano. Esse amplo detalhamento é fundamental para que se tenha conhecimento preciso de quais fatores devem ser atacados prioritariamente [...] Boa parte deles tem origem fora da jurisdição de Porto Alegre, reportando-se à região Metropolitana, mas seus efeitos têm atuação maior na capital do Estado. [...] A participação da coletividade no processo de despoluição é básica. Não se pretende, nem seria possível, oferecer à população esta dádiva – ter o Guaíba recuperado – sem que ela participe ativamente desse processo. Não só porque a sociedade também é responsável pela grave situação que existe hoje, mas porque o engajamento de todos na luta para reverter esse processo poluidor é a condição básica para o êxito. (PINTO; MOHR, 1989, p. 28-29).

Entre os objetivos que se considerava ser possível alcançar, com ações desenvolvidas apenas pela administração municipal, estava a limpeza das praias da zona sul da cidade, com a recuperação de sua balneabilidade, bem como a recuperação das diversas micro-bacias de

⁹ Este ponto foi assim explanado pelos formuladores do “Guaíba Vive”: “A relação de Porto Alegre com o Guaíba sofreu intensamente o desgaste provocado por um crescimento desordenado. A cidade voltou as costas ao seu nascedouro, barrando a ligação com o rio através de diques, muros, privatização das margens ou atividades que impedem o acesso ao rio. O próprio porto-alegrense hoje, do ponto de vista cultural, ignora o valor desse patrimônio. É mais freqüente um visitante avaliar e admirar o potencial do Guaíba, do que um porto-alegrense valorizar suficientemente esse potencial. Mesmo assim, ainda há um certo uso do Guaíba, a procura por suas praias ainda são (sic) um resquício daquela antiga intimidade. Portanto, a recuperação do Guaíba não se restringe a um esquema técnico. Configura-se primeiramente como um problema cultural. É preciso que a população não admita Porto Alegre sem o Guaíba, que entendam que é seu direito e seu dever lutar por ele, pelo restabelecimento dessa imensa fonte de vida.” (PINTO; MOHR, p. 24).



afluentes do Guaíba, através de restrições à ocupação urbana nas margens dos arroios, ao seu desmatamento e ao seu uso como pontos de deposição de lixo:

Entre estas medidas, estão a limpeza das praias do litoral sul de POA. Assunção, Ipanema, Guarujá, Espírito Santo, Belém Novo, Lami, podem ter as suas águas em perfeitas condições de balneabilidade com a aplicação de medidas localizadas. Estas são, basicamente, o tratamento dos esgotos domiciliares das áreas urbanas e o controle do lixo. [...] Outra medida fundamental que Porto Alegre deve adotar é mais extensiva, pois abrange todas as micro-bacias do município. [...] É impossível admitir que se mantenha o processo de ocupação urbana até os limites dos alvéos dos arroios, ou a sua canalização em tubulações subterrâneas. Esta é a forma mais cabal de admitir a transformação de um curso d'água num conduto de esgoto doméstico. Além do desmatamento das margens, o uso impróprio como depósito de lixo são fatores que levam à contaminação, mas que facilmente podem ser saneados. Evidentemente, implica em desenvolver um processo amplo de conscientização popular aliado a um apoio concreto dos órgãos municipais. (PINTO; MOHR, 1989, p. 30).

A expectativa dos responsáveis pela formulação do programa “Guaíba Vive”, expressa ao final deste folheto de divulgação, era de que, a partir da constatação dos primeiros resultados concretos, o apoio da sociedade local para esta iniciativa e outras de maior alcance seria conquistado, permitindo ao governo municipal cobrar as medidas neste sentido da parte dos governos estadual e federal, inclusive a obtenção de recursos junto às indústrias poluidoras:

Ao participar desse processo, desde o início do programa de conscientização, a comunidade começa a descobrir as vantagens de um meio ambiente mais hígido, e certamente será a principal incentivadora de ações mais amplas. Com esse apoio popular, a administração municipal poderá exigir que sejam tomadas medidas mais efetivas, a nível estadual e federal. Obviamente, isso não se faz sem recursos. Para essas medidas iniciais, como o tratamento dos esgotos da área central de Porto Alegre, os recursos já estavam previstos no Projeto Rio Guaíba. [...] Os recursos para resolver os problemas de fora do âmbito territorial de Porto Alegre ou mesmo questões de poluição industrial podem vir dos próprios poluidores. Isto se compreendermos poluição como desperdício de matéria-prima, sem controle e sem aproveitamento. (PINTO; MOHR, 1989, p. 30-31).

O programa envolvia a participação de diversas áreas das administrações direta e das autarquias do município, vinculando-se diretamente ao prefeito, através de um coordenador geral, e relacionando-se com a comunidade através de um “fórum de participação ecológica e comunitária” específico. Era integrado por quatro subprogramas, dois com enfoque ambiental e urbanístico, o de saneamento ambiental e o de paisagismo e urbanismo, e dois com enfoque nas relações com a comunidade, o de desenvolvimento ecológico e o de educação ambiental e eventos.



Divulgação, resultados e impactos do programa na sociedade local

O primeiro resultado mais expressivo do “Guaíba Vive” apresentado à população de Porto Alegre foi a recuperação ambiental da praia do Lami, situada no extremo sul do município, a cerca de 40 quilômetros do centro da cidade. O projeto de recuperação deste balneário foi iniciado no ano de 1990, com a realização de um levantamento das atividades desenvolvidas nas micro-bacias dos arroios existentes na região, utilizando-se, desde então, uma metodologia de gestão ambiental, qual seja, o gerenciamento de bacias hidrográficas. O monitoramento da qualidade das águas então realizado pelo DMAE constatou que a sua contaminação era causada, na maior parte, pelos próprios resíduos domésticos da população local, especialmente nos fins de semana e feriados no verão, quando eram recebidos cerca de cinco mil visitantes, sem maior impacto dos esgotos não tratados das áreas centrais da cidade, lançados no canal do Guaíba pelo emissário da Ponta da Cadeia, indicando ser efetiva uma solução localizada. O estudo considerou também uma abordagem integrada dos aspectos sanitários e urbanísticos, na definição dos locais para a instalação dos sistemas de saneamento a serem construídos, que incluíam uma estação de tratamento de esgotos (ETE), de modo a preservar a vocação do bairro para atividades de lazer e turismo local, incluindo a reserva de áreas para camping e contenção urbana. Este sistema foi colocado em operação em dezembro de 1992, momento em que a prefeitura anunciou a entrega da praia do Lami, novamente balneável, para a população de Porto Alegre. Os investimentos em saneamento realizados pelo DMAE foram de US\$ 2,3 milhões, e o projeto de recuperação também contemplou outras obras de infraestrutura urbana, como posto de saúde e coleta regular de lixo, além de instalações para permitir um melhor uso da praia pela população (REVISTA ECOS, nº 0, 1993, p. 13-18).

A recuperação da praia do Lami, através destas obras de saneamento básico, foi um dos destaques do número inaugural da *Revista Ecos*, do DMAE, publicado em dezembro de 1993, cujo tema de capa era a recuperação do Guaíba, ilustrada por uma imagem da procissão fluvial de Nossa Senhora dos Navegantes: “Recuperação do Guaíba: o sonho do porto-alegrense”. O escritor Moacyr Scliar, também médico sanitário, assim tratou o tema em artigo publicado neste mesmo número da revista, “Recuperando o sonho”, no qual se pode destacar a correlação feita pelo autor entre o grau de civilização de uma sociedade e a disposição da mesma para gastar tempo e (muito) dinheiro com a recuperação ambiental:

Porto Alegre é banhada pelo Rio Guaíba, diziam-nos no primário – mas a vida vai além do curso primário. [...] Entre terras e águas há uma relação



íntima, tão íntima que, como conta a Bíblia, foi preciso o poder divino para separá-las. [...] Mas não é [...] por essa mítica razão que os homens constroem as cidades o mais perto possível da água: fatores práticos aí intervêm [...] Em relação à natureza o ser humano é, freqüentemente, um ingrato. O rio lhe dá água para beber, lhe dá o peixe para comer [...] a via fluvial pela qual as riquezas vêm e vão. E como o homem retribuiu? Transformando o rio numa lixeira líquida. [...] O rio resiste como pode, mas a natureza também tem o seu limite. E um dia, quando os moradores da cidade finalmente se dão conta, o rio está morto. Seria este um castigo merecido, mas a natureza às vezes é tolerante e dá aos humanos uma segunda chance. Porque o rio se renova incessantemente e, ao se renovar, permite que os erros do passado sejam corrigidos. O que não é, obviamente, uma empresa fácil. É preciso muito esforço, muita dedicação – e também muito dinheiro – para remediar o mal. Mas justamente porque o esforço, a dedicação e o dinheiro são necessários, este empreendimento torna-se uma medida indireta do grau de civilização de uma cidade. Quando o primeiro peixe reapareceu no Tamisa [...] a população de Londres celebrou o evento como se fosse uma vitória nacional. [...] Porto Alegre lançou-se numa empreitada semelhante. E para aqueles que, como eu, passaram parte da sua infância no Guaíba, para aqueles que ali nadaram e pescaram [...] a recuperação do Guaíba não é apenas uma medida fundamental do ponto de vista da preservação ecológica ou da defesa da saúde pública. O que vamos recuperar é o nosso passado perdido, o nosso senso de comunidade, a nossa infância. (REVISTA ECOS, nº 0, 1993, p. 5).

A recuperação da praia do Lami não teve um grande impacto sobre a população de Porto Alegre, especialmente entre as pessoas das classes médias e mais ricas, afora o fato de representar uma primeira sinalização concreta no sentido da despoluição do Guaíba. Isto se deveu à sua localização, distante das áreas centrais da cidade, e ao perfil marcadamente popular de seus novos visitantes, ao qual se associou uma estrutura correspondente de bares e restaurantes, bastante modesta. Ao lado disso, o local não apresentava uma beleza natural tão grande que pudesse compensar os outros aspectos, com grande parte da sua orla, inclusive, sendo ocupada por grama e juncos, e não areia. Este é um critério bastante subjetivo, por certo, mas que pode ter se somado, nas percepções de muitos porto-alegrenses, ao peso de várias décadas de falta de convivência com as praias do seu “rio”. O valor que é dado a uma paisagem relaciona-se menos a definições intrínsecas de beleza do que aos resultados de processos de construção social, que alteram os espaços, não apenas em sua configuração física, mas também na forma como são percebidos pelas pessoas.¹⁰ Assim, nos anos 1930, quando ainda eram procuradas como ponto de veraneio por pessoas da elite de Porto Alegre,

¹⁰ A transformação de espaços costeiros inicialmente pouco valorizados e sem visibilidade em balneários com intensos uso e significado simbólico, enquanto processos de construção social de paisagens foram tratados por autores como CORBIN, Alain. **O território do vazio – a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, e AZEVEDO, Thales De. **O cotidiano e seus ritos: praia, namoro e ciclo de vida**. Recife: Editora Massangana, 2004.



as paisagens praianas da zona sul de Porto Alegre, com suas areias também cobertas por juncos, como o Lami de hoje, eram representadas com lirismo na imprensa local: “Não é Miami, nem Biarritz, nem Deauville, - mas simplesmente uma encantadora praia do nosso Guaíba”. (Revista do Globo, Porto Alegre, 1932, nº 80, p. 13).

Os resultados obtidos pelo programa “Guaíba Vive” apresentaram reflexos, ainda que limitados, na vida social e cultural da cidade de Porto Alegre, tais como um primeiro aceno concreto para a possibilidade de retomar o uso praiano do lago (“rio”), depois de algumas décadas, bem como a revalorização de áreas de sua orla, com o poder público atendendo demandas de setores das classes médias e do movimento ambientalista, para a remoção destes espaços de ocupações irregulares. Isto não ocorreu sem alguma resistência, como foi o caso dos proprietários dos bares em Ipanema, e de parte de seu público, e também das comunidades que viviam nestas áreas, cujos moradores foram reassentados, não sem perdas, mesmo com as medidas compensatórias da prefeitura. A população foi beneficiada com as obras de saneamento e com a volta da balneabilidade no Lami e, em parte, em Belém Novo, mas o aprofundamento do processo de recuperação do Guaíba ainda continuaria dependendo da realização de obras de maior vulto, não só em Porto Alegre, e, também, da implantação efetiva de instâncias e mecanismos legais para uma gestão de toda a sua bacia hidrográfica, dentro de bases sustentáveis.

Bibliografia

BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. **Pioneiros da ecologia – breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Já Editores, 2002.

CÁNEPA, Eugenio Miguel; GRASSI, Luiz Antonio Timm. **Os Comitês de Bacia no Rio Grande do Sul - uma experiência histórica**, 2001, disponível em <http://www.abes-rs.org.br/rechid/comites-1.htm>, acessado em março de 2012.

HILGERT, Nadia Andrea. **O Acesso dos pobres à terra urbanizada no Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2005.

PINTO, Leila, MOHR, Udo. **Guaíba Vive**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1989 (relatório de divulgação e discussão do Programa Guaíba Vive).

REZENDE, Sonaly Cristina, HELLER, Léo. **O saneamento no Brasil: políticas e interfaces**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.



SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Débora Bernardo Da. **O Planejamento Urbano e a Administração Popular de Porto Alegre: Discursos e Práticas**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2004.

SOARES, Vânia Fonseca. **A Abertura Política e os Movimentos Sociais em Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2002.

Recebido em Abril de 2013

Aprovado em Agosto de 2013